

Proposições dos moradores atingidos e rechaços da prefeitura: o conflito em torno do Projeto de Urbanização e Saneamento Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) em Belém/PA

Avanço de investigação em curso

Grupo de Trabalho Nº 2 – Cidades Latinoamericanas no novo milênio

Resumen

Relatamos o conflito entre moradores e a prefeitura de Belém do Pará, que dificilmente acata as reivindicações e proposições dos atingidos pelo Projeto de Urbanização e Saneamento Ambiental da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Moradores postulam uma concepção de desapropriação priorizando “as pessoas que moram de aluguel e ou desenvolvem atividades comercial ou industrial”, considerando os “transtornos causados ao expropriado em processos judiciais ou em tratamento médico, que derivem de doenças causadas pelo processo de desapropriação”. Os moradores querem permanecer na área revertendo a anulação social neste reordenamento socioespacial alinhado aos moldes neoliberais de gestão das cidades, pensadas como empresas eficientes e competitivas para disputar recursos e investimentos da iniciativa privada frente a outras cidades, Edivania Santos Alves, Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto, palavras-chave: Estrada Nova, Promaben, Conflito Social.

Este artigo considera o conflito entre os moradores da Estrada Nova e a prefeitura de Belém, que dificilmente acata as reivindicações e proposições dos atingidos pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova¹ (Promaben) com custo total estimado em US\$ 137.500 milhões financiado sendo US\$ 68.750 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a outra parte US\$ 68.750 milhões corresponde à contrapartida da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) segundo informações do BID (2009a), executora do programa em andamento em Belém do Pará, com destaque a realização da primeira etapa denominada Portal da Amazônia.

Buscamos perceber como este projeto de intervenção urbanística modifica e impacta a vida e as relações sociais estabelecidas entre os moradores da Estrada Nova e destes com o rio e principalmente o restante da cidade considerando suas reações e interações neste processo de reconfiguração socioespacial a que estão sujeitos, pois de acordo com informações expostas no site da PMB, o Promaben promoverá profundas transformações infraestruturais nas quatro sub-bacias que englobam áreas de seis bairros, abrangendo integralmente os bairros da Cremação, Condor, Jurunas e Guamá e parcialmente os bairros de São Brás, Nazaré e Cidade Velha, garantindo o embelezamento com vistas à utilização turística e a consequente geração de emprego e renda para a cidade.

Nesta revitalização urbana empreendida pela gestão local avulta “o caráter marcadamente privado e excludente de apropriação dessa fração do espaço urbano, definido por meio de uma multiplicidade de usos e de agentes que ai se fazem presentes” e tem como um de seus principais motes o “resgate da ‘cidade ribeirinha’, definindo políticas de intervenção urbana para a orla, que refletem não apenas formas diferenciadas de planejamento e gestão do espaço urbano, como também diferentes maneiras de se conceber a cidade.”. (TRINDADE JÚNIOR, AMARAL, SANTOS, 2006, p. 61).

¹ “Estrada Nova” é um antigo nome da atual Avenida Bernardo Sayão, via de tráfego pesado onde foi construído um dique de contenção sanitária nos anos 1940, para combater a proliferação de doenças de veiculação hídrica. A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova possui uma área de drenagem de 9,54 km², ocupando 16% da área da malha urbana do Município de Belém, abrangendo integralmente os bairros de Cremação, Condor, Jurunas e Guamá e parcialmente os bairros de São Brás, Nazaré, Jurunas e Guamá. A área, hoje, corresponde à porção de maior densidade populacional de todo o município e a uma das maiores aglomerações da sua pobreza urbana, sendo contígua à bacia do Una e à bacia do Tucunduba. Informações extraídas do Relatório de Impacto Ambiental, Tomo 2/3.

Esse processo tem como ponto nevrálgico o tempo e o espaço como fontes de poder social, que se realizam desde a passagem à modernidade. Portanto, a “progressiva monetarização das relações na vida social transforma as qualidades do tempo e do espaço. A definição de um ‘tempo e um lugar para tudo’ muda necessariamente, formando uma nova estrutura de promoção de novos tipos de relações sociais.”, associada ao “mapeamento do mundo [que] abriu caminho para que se considerasse o espaço algo disponível à apropriação para usos privados” (HARVEY, 2012, p. 208-9).

O corpus documental analisado na produção deste ensaio conta com matérias jornalísticas, relatórios do projeto, entrevistas e documentos de reivindicação e proposição da comissão de moradores encaminhados à gestão municipal. Para tanto, foram selecionadas 30 matérias referentes ao assunto pesquisado, todas publicadas nos jornais *O Liberal e Amazônia*.² A escolha destes periódicos explica-se pelo explícito apoio oferecido ao então gestor do município de Belém, Duciomar Costa, transferido de imediato ao seu sucessor Zenaldo Coutinho. Verificamos as lógicas estabelecidas nas informações, termos e expressões utilizadas pelos folhetins ao tratar do Promaben e das manifestações de variados segmentos da população frente ao avanço da obra, as opiniões dos entrevistados tomadas por meio de entrevista semiestruturada e também as proposições apresentadas pela comissão de moradores, buscando confrontá-las.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (2007, p. 3), o objetivo do programa é “a promoção da melhoria da qualidade de vida da população do Município de Belém, através da valorização do meio ambiente urbano” e tem como “princípios fundamentais a busca de alternativas para promover o desenvolvimento sustentado através da reordenação urbana, tomando a referência da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e de soluções integradas para os diversos subsistemas de infraestrutura e serviços urbanos intervenientes com a ocupação do solo.”. E ainda de acordo com o site da PMB “o projeto prevê a abertura da orla até a Universidade Federal do Pará, com seis pistas, de 70 metros de largura, com área de passeio, estacionamento e ciclovia. Parte do espaço deverá ser reservado para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro”.

Ainda neste Relatório, encontram-se as propostas que supostamente ao serem implementadas pela Prefeitura resolverão, ou ao menos minimizarão o problema do alagamento e acúmulo de águas na maior parte das ruas, passagens, vilas e becos que se encontram sob a influência direta das marés do rio Guamá.

A intervenção da Sub-Bacia 01 consiste na recuperação e revitalização das seções hidráulicas dos canais de drenagem dos Timbiras e Bernardo Sayão, associada à implantação de uma bacia de retenção de cheias. O Canal Caripunas deixaria de existir com a implantação da bacia de retenção de cheias, no entanto, houve um recuo da prefeitura com a consequente alteração frente as manifestações de descontentamento dos moradores deste área com tal resolução como recordado nas palavras de dona Maria de Jesus, presidente da Associação Caripunas Beira Mar³: “é que ia ter um piscinão na Caripunas até na Timbiras, aí o povo se mobilizou, teve muita luta, muita briga, briga que eu digo assim no modo de falar, foram na prefeitura, na justiça, Ministério Público e aí conseguiram mudar o projeto.”. E quanto ao Canal dos Timbiras, a previsão é que seja revestido em placas pré-moldadas de

² Veículos privados de imprensa pertencentes à família Maiorana circulando diariamente em todo o Estado do Pará com grande expressão decorrente do número de leitores e a credibilidade que estes atribuem às notícias e informações publicadas nestes jornais. O Liberal se propõe a ser mais robusto textualmente apresentando notícias mais detalhadas e reproduzindo algumas colunas do jornal O Globo, já o Amazônia busca alcançar um público mais popular com noticiário mais curto, direto e com linguagem simplificada. Podemos então, presumir que os dois juntos abarcam um público expressivo numérica e socialmente.

³ Segundo informações da senhora Maria de Jesus, a área na qual reside e coordena politicamente não está contemplada, sendo assim, 377 famílias deixarão de beneficiar-se com saneamento, drenagem e esgoto sanitário, então o jeito é apelar para todo tipo de estratégia “nós já mandamos ofício, documento e só temos uma resposta, que não tem projeto, então nós não vamos ser mexidos ...”

concreto fixadas entre “montantes” de concreto armado, com o fundo do canal em leito natural e o Canal Bernardo Sayão revestido em concreto armado.

Já a Sub-bacia 2, consiste na recuperação e revitalização ambiental das seções hidráulicas dos canais de drenagem Drº Moraes, 14 de Março, da Quintino e Bernardo Sayão, associada à implantação de uma bacia de retenção de cheias. Quanto à sub-bacia 3, consiste na recuperação e revitalização ambiental das seções hidráulicas dos canais de drenagem 3 de Maio e Bernardo Sayão, associada à implantação de uma bacia de retenção de cheias. Inicialmente não foram propostas intervenções nos canais da Sub-bacia 04, ficando as ações restritas ao Canal da Avenida Bernardo Sayão.

O projeto afirma beneficiar diretamente 250 mil pessoas dos sete bairros já citados; no entanto, é constatável que do ponto de vista técnico os braços de rios, igarapés e córregos serão aterrados para dar lugar a avenidas com pista dupla, a exemplo do ocorrido com o igarapé “São Pedro, que era o primeiro, que vinha lá do Arsenal, e com isso era só chover que as casas eram alagadas, pois o igarapé tava entupido, aterrado, pois morador perdeu imóvel, móveis, que até saiu na televisão”. Esta visão profundamente alicerçada no ideário burguês de urbanização tem na eficiência, na ciência e na técnica seus pressupostos teórico-operacionais (MARICATO, 2011), importando sistemas e ideias que não dialogam com a realidade local e pior, escondem o que existe por considerá-lo feio. Uma estética exógena é autoritariamente transplantada sem nenhuma consulta ou reconhecimento de seus supostos destinatários.

O Tomo 1 do Relatório de Impacto Ambiental (2007) prevê a obediência a quatro componentes na execução das obras e serviços, a saber: 1) Melhoria da drenagem urbana, 2) Infraestrutura Viária, 3) Infraestrutura de saneamento, 4) Sustentabilidade social e institucional. Passamos a investigação do último item, o qual reproduzimos abaixo na íntegra:

Este componente contribuirá com a capacidade operacional e de gestão dos organismos envolvidos e com a participação efetiva da comunidade no estabelecimento de condições necessárias para a sustentabilidade das ações incluídas no Programa: (i) Participação Comunitária. Consiste num plano para a participação das comunidades afetadas de forma direta e indireta pelo Programa, cujos objetivos são transmitir informação de forma transparente e incorporar as inquietudes dessa comunidade no desenvolvimento do programa; (ii) Comunicação Social. Através deste componente se dará continuidade ao plano de comunicação social para a divulgação do programa. Esse plano contempla um portal de internet e uma central telefônica de atendimento ao público; (iii) Educação Ambiental e Sanitária. Será desenvolvido simultaneamente com a execução das obras para que as populações afetadas compreendam os benefícios das intervenções e o uso e manutenção adequados das mesmas, e aceitem pagar pelos novos serviços básicos recebidos; e (iv) Desenvolvimento Institucional. Será aplicado recurso nas entidades públicas responsáveis pelo Programa onde forem detectadas debilidades ou necessidade de fortalecimento para o cumprimento da operação de execução e manutenção do Programa PROMABEN. (BELÉM, 2007, p. 3-4, grifo dos autores).

Chamamos a atenção no trecho acima ao aceno para a possibilidade de participação comunitária que deve dar-se pontualmente de duas formas, no fornecimento transparente das informações pelo executor e na incorporação de “inquietudes” manifestadas pela população direta ou indiretamente atingida pelo projeto. Contudo, fica tácita a pontual lembrança aos supostos destinatários do projeto, sem definição precisa e nem ao menos outras menções com relação a estes, numa clara demonstração de descaso e negação de sua existência, necessidades, interesses e desejos; como indicado pelo senhor

João Lopes da Cruz, morador da área desde 1955 e atual coordenador geral do Conselho Comunitário do bairro do Jurunas “precisa as nossas autoridades conversar mais.”.

No entanto, esta situação não passa despercebida aos olhos dos moradores que organizam formas de resistência e proposição por meio de manifestações públicas, documentos, abaixo-assinados, audiências, reuniões, comissões de moradores por área e provocações ao poder público municipal sempre que são convocados ou negligenciados à participar de fóruns e reuniões do projeto.

É o que se pode verificar analisando o teor do documento de reivindicação subscrito pelos moradores das bacias 1, 2, 3 e 4 da Estrada Nova que contém 17 pontos com destaque para o sentimento e a avaliação de não incorporação real no projeto como atestado neste trecho “não houve de fato um esclarecimento real do Projeto da Amazônia e nem do Projeto da Macrodrenagem para os moradores da Estrada Nova, mesmo que estes tenham com muito esforço e insistência, e com o apoio de políticos locais, investido na efetuação de Audiências Públicas com a Prefeitura, e em especial com o Prefeito da Cidade, e com as Secretarias envolvidas no processo.”.

A participação social figura como um condicionante estabelecido em projetos do BID que visam o “atendimento à pobreza e o enfoque no crescimento ambientalmente sustentável”. Todavia, o “discurso aparente esconde suas determinações essenciais, a saber, a construção de um ‘desenho ideológico’ expresso em modelos para ação, no caso da política urbana, no modelo de gestão de cidades.”. Postulamos que este “modelo que orienta, aparentemente, a elaboração de projetos sociais de moradia para as frações de classe trabalhadora, mas que, na verdade, esconde a prioridade na infraestrutura física das cidades. São, assim, facilitados os investimentos capitalistas, fragilizando o direito à cidade pelas frações de classe dominada.”. (SANTANA, 2012, p. 23). Tal análise explica as circunstâncias em que apesar da realização das audiências públicas previstas no projeto, a exemplo da primeira ocorrida em 18 de outubro de 2007 no bairro do Jurunas, para apresentação e esclarecimentos sobre o projeto à população atingida, inúmeras críticas sejam feitas em relação ao caráter e o conteúdo destas atividades que pouco ou nada esclarecem, tornando-se improdutivas e desgastantes, já que não há espaço para debates e contribuições por parte dos populares.

Outra preocupação latente diz respeito à permanência no local de moradia ou quando for o caso e a necessidade comprovada de remoção e/ou remanejamento, que isso ocorra dentro da área da bacia assegurando assim que não haja expulsão branca,⁴ dos moradores, decorrente da valorização fundiária e imobiliária, resultante das melhorias infraestruturais que tornaram estas áreas antes tidas apenas como periféricas e marcadas pela pobreza urbana em oásis visados por segmentos da elite local e/ou empreendimentos de empresas nacionais e multinacionais que poderão pagar o preço correspondente às janelas para o rio.

Aliás, enobrecer a orla significa a “desqualificação e a remoção dos ocupantes tradicionais” de acordo com Peixoto (2012) que aponta um processo de gentrificação destes espaços, entendida como a negação às relações decorrentes dos usos estabelecidos pelos moradores além da exclusão violenta com o fechamento de feiras, portos e a remoção de moradores ocultadas em um discurso social e ambiental de melhoramento, embelezamento e sobretudo adequação da cidade às novas tendências globais de valorização de áreas à beira-mar, patrocinando uma elitização potencial que atrai novos tipos de consumidores que estabelecem novos padrões e patamares de convivência e sociabilidade.

Os moradores denunciam que “mediante a possível desapropriação do local, [...] se sentem “coagidos” a aceitarem ou assinarem documentos relativos ao processo de desapropriação, e principalmente, a desvalorização de suas casas na avaliação do imóvel.” Ou seja, os moradores tem clareza do desrespeito e da insegurança habitacional a que estão submetidos, invalidando as premissas defendidas no escopo do projeto acerca da moradia digna. Contrariando a transparência evocada nos documentos oficiais, a prefeitura optou por negociar diretamente com cada morador a indenização nos

⁴ Processo de saída compulsória ou espontânea dos moradores de uma área atingida por projetos de urbanização e melhorias infraestruturais, que dada a valorização fundiária e imobiliária sentem-se com dificuldades em permanecer no local.

casos de remoção, assim como os prováveis novos lugares de moradia em caso de remanejamento, isolando da discussão os representantes comunitários e comissões de moradores. Por isso, nas palavras de seu João Cruz: “é uma parte que eles fazem individual, eles chamam cada morador, nós não somos chamados, não se sabe quanto é pedido, o que é oferecido, nós somos sempre consultados pelos moradores pedindo uma espécie de orientação na desapropriação, remoção.”

É notório o desencontro de informações e competências entre os poderes públicos em relação à desapropriação, que nas palavras do superintendente da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Lélcio Costa “Não passamos o domínio de terra para a prefeitura e sim uma autorização para a execução da obra, que inclusive tem recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”, reiterando a ideia que a prefeitura não tem o direito de desapropriar, pois as Concessões de Uso Especiais para Fins de Moradia (CUEM's) são títulos de posse emitidos pela SPU, que é o grande cartório da União.(SPU, 2012) Na tentativa de resolver o impasse entre Prefeitura e União, a SPU organizou uma audiência pública no dia 10 de abril de 2012 sobre a Regularização Fundiária com vistas a esclarecer as reivindicações dos moradores sobre seu direito de registro de imóvel. (SPU, 2012b)

É perceptível na leitura do documento de reivindicação dos moradores, o caráter institucional que assumem, pois procuram romper com a prática limitada ao denunciismo e formulam proposições que querem ver respeitadas e reconhecidas pela Prefeitura numa sinalização clara pela constituição de “um campo relacional de reconhecimento” (GOHN, 2010, p. 22) que procura reverter a anulação social que se faz presente neste processo de reordenamento socioespacial.que alinha-se aos moldes neoliberais de gestão das cidades, onde estas são pensadas como empresas que devem apresentar eficiência e competitividade para disputar recursos e investimentos da iniciativa privada frente a outras cidades. Assim, projetos como o PROMABEN se inserem

num ajuste reativo e subordinado aos interesses econômicos hegemônicos, de forte conteúdo rentista⁵, cujas bases estão assentadas numa renovada aliança que envolve velhos interesses locais e interesses globais renovados, que de novo, tem particularmente a ampliação de sua escala e de sua liberdade de atuação: interesses rentistas urbano-imobiliários, interesses rentistas financeiros, estes sim, os poderosos protagonistas da nova ordem global, e as representações “esclarecidas” do poder público local. (FERNANDES, CANO, 2011, p. 288-89)

Alarmados com a pressão sofrida por parte da Prefeitura, os moradores por meio de uma comissão constituem um documento com onze itens onde postulam sua concepção de desapropriação, propondo que nos casos de real necessidade de desapropriação, sejam respeitados os seguintes critérios para indenizações:

levar em conta as pessoas que moram de aluguel e ou desenvolvem atividades comercial ou industrial para eventuais indenizações; No caso da desapropriação do imóvel, onde seja desenvolvida atividades comerciais ou industriais, por pessoa jurídica ou física; sendo próprio o imóvel ou alugado devem ser observado para avaliação os princípios e as normas contábeis, levando no valor agregado os seus ativos tangíveis e intangíveis e o capital intelectual; Que a Prefeitura possa desapropriar áreas, incluí-se aqui terrenos ou propriedades onde não se exerçam quais quer atividade econômica ou lucrativa, no mesmo bairro para alocar os moradores desapropriados, e que queiram permanecer no bairro; Caso não haja acordo entre a Prefeitura e os moradores sobre

⁵ De acordo com o site www.dicionarioinformal.com.br/rentista, esta palavra apresenta três significados: 1) que vive da renda proveniente da aplicação de capitais: os empresários nacionais foram convertidos em importadores ou rentistas; 2) relativo a renda: o caráter rentista da riqueza; 3) quem vive da renda proveniente da aplicação de capitais: os privilégios dos nobres e dos rentistas do tráfico escravagista.

desapropriação e/ou valor de indenizações, que a Prefeitura construa casas, e não apartamentos, para todas as famílias no bairro ou mais próximo possível deste, e com infraestrutura urbanística; Que o valor da indenização da desapropriação leve em conta os transtornos causados ao expropriado em processos judiciais ou em tratamento médico, que derivem de doenças (físicas, mentais ou emocionais) causadas pelo processo de desapropriação. E que mediante, este último caso, seja dado ao morador acompanhamento médico gratuito e adequado até a completa melhora. (Política, s/d, p. 1-2, grifo dos autores)

Apesar da mobilização dos moradores, a Prefeitura levou adiante seus planos de desapropriação e realocação de famílias em áreas distantes da bacia da Estrada Nova, como no caso da inauguração do residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado na avenida Almirante Barroso, para onde foram remanejadas cinco famílias do PROMABEN, segundo matéria do dia 15 de julho de 2012 publicada no jornal *Amazônia*. Outra notícia veiculada em *O Liberal* acompanha os desdobramentos referentes à segunda etapa do projeto, onde segundo informa a Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb), “as 28 primeiras casas construídas de maneira irregular e que ficavam no entorno na obra já foram demolidas. Ao todo, 96 famílias devem sair do local. Porém, o órgão garante que a retirada será feita conforme assinatura dos contratos firmados entre essas famílias e a prefeitura.” e continua “As famílias tiveram como opções para o remanejamento, a indenização pelas benfeitorias no terreno ou a contemplação com uma unidade habitacional.”

É importante salientar que as unidades construídas pela Prefeitura são apartamentos que tem em média de 50 a 60 metros quadrados e desconsideram os diferentes arranjos familiares (o mais comum a coabitação) marcantes na realidade das populações que habitam a região afetada. Por serem em sua maioria advindos de municípios próximos à Belém, com características ribeirinhas que podem ser rapidamente identificadas e reconhecidas na arquitetura residencial, nos tipos de atividades comerciais de pequeno e médio porte desenvolvidas (pontos de venda de açaí, metalúrgicas, costura, açougues, mercearias, depósitos de bebidas, quitandas), nos produtos (açaí, farinha, peixe fresco e salgado) que circulam em feiras e mercados, na movimentação dos portos privados à beira do rio Guamá, nas fortes redes de relações estabelecidas pelos laços de vizinhança, festas religiosas e carnavalescas. Suas identidades apresentam-se distintas do formato almejado pelo poder público e são vistas pela população via de regra como uma espécie de aprisionamento quebrando seus costumes e hábitos residenciais e, sobretudo constituindo-se em empecilho à continuidade de seu ganho pão, ou seja, a permanência de suas atividades comerciais.

Isto é evidenciado em uma matéria intitulada *remanejados sofrem com adaptação*, que expõe as dificuldades vivenciadas pelos moradores frente à nova realidade: “O apartamento veio a dois meses, em um conjunto habitacional, na avenida Almirante Barroso, mas os sentimentos da família estão divididos. Priscila está realizada. 'Meu filho ficou doente lá. Contraiu uma bactéria no estômago por causa da sujeira do canal. Eles estão felizes aqui, então me sinto feliz também', diz.” Ao passo que o “marido, Moisés Oliveira, gostaria de nunca ter saído do bairro onde nasceu e se criou. 'Não tenho dúvida: por mim, eu continuaria lá', garante.”. Outro aspecto relevante refere-se a estabelecimento em projetos dessa magnitude das “novas regras de convivência”, que orientam e estipulam normas de convívio social, como se os pobres não tivessem ou não soubessem se comportar e conviver em sociedade. Em outro momento cabe estabelecer um paralelo dessa situação (discursos e práticas do poder público) com as transformações ocorridas no período da *Belle Époque* no início do século passado.

Com a implantação desses projetos, se estabelece também outro item do discurso moralizador sobre as camadas populares, uma vigilância e conseqüente cobrança dirigida aos moradores, exigindo-se que estes honrem compromissos como conta de luz e água, que antes podiam ser obtidas por meio de

ligações clandestinas. Sem contar a inclusão da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e o encarecimento da vida nas áreas atingidas pelo PROMABEN.

Por todas estas questões, manifesta-se o medo de perder a casa, de sair do lugar onde se vive e em muitos casos, até se nasceu, do lugar onde estão as raízes, as lembranças, os amigos. É o que atesta matéria jornalística d*O Liberal* assinada por Tainá Aires, a situação de dona Maria Emiliana dos Santos, residente há 63 anos na rua dos Caripunas e que não pretende deixar o Jurunas por nenhum motivo. Aos 79 anos, ela viu o marido e os filhos morrerem na casa onde vive e que hoje esse é o único bem familiar que possui. Sem ninguém, Maria Emiliana quer apenas passar os últimos dias, próxima das lembranças de sua vida no local. Ainda neste noticiário, outro caso parecido é registrado, dona Maria, Lídia Silvia Lima, 75 anos, mora há 60 anos na rua dos Caripunas, no Jurunas. “Ela mora com quatro filhos e sobrevive da renda de batidora de açaí. E explica que, caso seja retirada do lugar onde passou sua vida, não vai ter para onde ir. ‘Nosso mundo é esse bairro. E ninguém, nem mesmo o prefeito, pode tirar o direito da gente viver aqui’”, disse.

Estes casos emblemáticos sinalizam a ligação estreita que estes moradores têm com o lugar de moradia e com a vizinhança. Portanto, não demonstram nenhum interesse em viver em outro lugar Também contestam o auxílio moradia estipulado pela Prefeitura no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), por julgarem insuficiente e desatualizado, não compatível com a realidade dos aluguéis locais como disse Miguelina Silva Pereira "Com o dinheiro que ele [prefeito] provavelmente vai dar, não dá nem para morar em um cubículo, imagine em uma casa como a minha. Construimos tudo com muito sacrifício e não vamos deixar que isso seja levado por um prefeito que não faz nada pela cidade."

As comunidades organizadas em áreas organizam-se prioritariamente apresentando às autoridades suas queixas, denúncias, reivindicações e proposições em forma de documentos, semelhante a petições, como fizeram “os moradores das ruas dos Caripunas e Timbiras já estão se preparando com um abaixo-assinado, que deverá ser entregue ao Ministério Público do Estado (MPE), para que ninguém seja remanejado da região. As vias, inclusive, já estão tomadas por faixas de repúdio ao Promaben.”. (AIRES, 2012). Também protestaram contra o projeto da PMB, interditando ruas como a Bernardo Sayão tendo como mote central a não retirada de famílias da área. “Eles [moradores da Caripunas e Timbiras] atearam fogo em pneus e pedaços de madeiras e só saíram da avenida quando os representantes da administração municipal decidiram se reunir com os moradores na sede do Promaben.”.

A questão colocada diz respeito ao entendimento sobre a natureza, o caráter e o alcance da organização constituída pelos moradores, sua capacidade em apresentarem-se como portadores de um protesto, que pode desdobrar em um empreendimento coletivo para obter mudanças, segundo Chazel (1995, p. 288), sem perder de vista as relações assimétricas entre moradores, suas proto-organizações e os poderes públicos. Ao passo que para SCHERER-WARREN (2008, P. 506-7) “As demandas materiais têm como referência objetiva as exclusões e carências cotidianas dos sujeitos-base das lutas e são, portanto, histórica e espacialmente referenciadas” e exemplifica com diversos tipos de movimentos, entre eles o de moradia, prossegue na sua análise enfatizando que “quando necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos e, conseqüentemente, eles constroem pautas políticas reivindicativas ou para a transformação social dessa situação, temos o nascimento de uma ação coletiva ou de movimento social específico, como é frequentemente designado.”. Pretendem via de regra estabelecer pontos de conexão, interesses comuns que viabilizem uma unidade de ação, que a depender das interações entre os diferentes elementos podem avançar constituindo redes de movimentos.

Enfatizamos então a acertada, ainda que limitada tentativa das lideranças em compor um campo de atuação conjunta para fazer frente ao avanço das políticas e ações da gestão pública municipal. Este campo combina ações de articulação interbairros e ações de caráter mais geral como as manifestações que fecham vias públicas e a convocação à cobertura da imprensa local na tentativa de visibilizar sua existência enquanto sujeitos reais. Nas palavras de seu João Cruz “nós moradores, só somos vistos

pelas autoridades quando eles estão interessados no sucesso daquele negócio, mas depois esquecem, independe do governo estadual, federal, tanto que nós tamo vendo agora o que está acontecendo, que o povo não aguenta mais.”. Sua opinião manifesta a apreensão e o descrédito diante dos desdobramentos ocorridos no Promaben resultantes de uma matriz de produção do espaço planejado das cidades, enquanto processos de intervenção direta de um pensar a cidade a partir de estruturas da racionalidade de mercado, procura anular a participação de sujeitos reais que vivem e fazem a dinâmica do lugar.” (CASTRO, 2006, p. 28).

Por isso investem em articulações de lideranças e comunidades, constituem fóruns de debates e procuram movimentar-se conjuntamente aproveitando até mesmo a agenda montada pelo gestor municipal como atestado nesta fala “a gente procura com todos que estão dentro do projeto, Guamá, Jurunas, pra ter uma articulação, agora parou um pouco, chegou a haver uma integração, não total, mas parcial, e nós nos encontrávamos no Beira Rio para participar de reuniões, seminários, palestras, lá que foi realizado toda preparação par saber o que é uma orla, não só eu como de todos os bairros.”. Este desejo e intenção de construir uma unidade em prol dos interesses da comunidade e o reconhecimento de outras lideranças para alavancar o processo de organização social dos moradores também se verifica nas palavras de dona Jesus “a gente se damos muito bem com seu João Cruz, a Socorro do Limoeiro, Nina da Helena Dias, o Raimundo do Timbiras e aqui na Caripunas-terra, o Félix [Félix], ele é engenheiro e o Avai.”. Estas pequenas resistências podem somar-se a outras demonstrações, derivando “movimentos de oposição às destruições do lar, da comunidade, do território e da nação pelo fluxo incessante do capital são legião. Mas também o são os que se se opõem às rígidas restrições de uma expressão puramente monetária do valor e da organização sistematizada do espaço e do tempo.” (HARVEY, 2012, p. 217).

Bibliografia

- AIRES, Tainá. Medo de perder a casa. Moradores das ruas Timbiras e Caripunas temem ser remanejados por causa de obras. Disponível em http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=473706. Acesso em 04. Jan.2013
- BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém, Portal, 2001. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/>. Acesso em:4 jan 2013.
- _____. _____. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promaben. *Relatório de Impacto Ambiental*. Tomo 01/03, 2007. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 4 jan 2013.
- _____. _____. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – Promaben. *Relatório de Impacto Ambiental*. Tomo 02/03, 2007. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 4 jan 2013.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Contrato de empréstimo*. 2009a. Disponível em: <<http://www.iadb.org/>>. Acesso em: 4 jan 2013.
- CHAZEL, François. Movimentos sociais. In: Boudon, Raymond (dir.). *Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.283-335.
- CONJUNTO, enfim, é entregue. *Amazônia* Pará, 15.jun.2012 Disponível em <http://www.orm.com.br/amazoniajornal/interna/default.asp?modulo=222&codigo=595424>. Acesso em 04. Jan.2013
- DOCUMENTO de reivindicações dos moradores das bacias 1, 2, 3 e 4 da Estrada Nova, s/d.
- FERNANDES, Ana Cristina; CANO, Wilson. O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo. In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. São Paulo: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 287-325.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 22ª ed.- São Paulo: Loyola, 2012.
- MACRODRENAGEM será retomada com remanejamento na Estrada Nova. *O Liberal*. Caderno Cidades, 02.out.2010. Disponível em http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=492908&|macrodrenagem+ser%E1+retomada+com+remanejamento+na+estrada+nova#.UOcPM6w_eSc. Acesso em 04. Jan.2013
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6. Ed. – Petrópolis: RJ: Vozes, 2011, p. 121-192.
- MORADORES interditam rua. População fechou a Bernardo Sayão em protesto contra projeto que pretende remanejar famílias. Disponível em http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=492171. Acesso em 04. Jan.2013
- PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Gentrificação e resistência popular na orla da Estrada Nova em Belém: uma batalha de significados*. 2012.
- PERES, Anna. REMANEJADOS sofrem com adaptação. *O Liberal*, caderno Atualidades, 19 ago 2012. Disponível em <http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=605050>. Acesso em 04/01/2013
- POLÍTICA de desapropriação. Moradores da Bacia da Estrada Nova, s/d.
- PROJETO da Bacia da Estrada Nova é apresentado a moradores. Disponível em <http://orlalivre.blogspot.com.br/2007/10/projeto-da-bacia-da-estrada-nova.html> Acesso em 23.Set.2012
- SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. In: *Revista Katál*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 21-31, jan./jun. 2012.
- SCHERER-WARREN, Ilse. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - caminhos para uma política emancipatória? In: CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 4.jan.2013
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 4.jan.2013
- SPU esclarece dúvidas dos moradores da Bacia da Estrada Nova. Disponível em <http://www.marquinhodopt.com.br/2012/03/spu-esclarece-duvidas-dos-moradores-da.html>. Acesso em 23 Set.2012
- SPU/PA realiza reunião para viabilizar impasse do Registro de Imóvel dos moradores da Orla de Belém. Disponível em <http://blogdolelio.blogspot.com.br/2012/04/spupa-realiza-reuniao-para-viabilizar.html> Acesso em 23.Set.2012
- TRINDADE JÚNIOR, S.C.; AMARAL, M. D. B.; SANTOS, E. R. C. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006, p. 59-84.